

Projeto de Iniciação Científica submetido
para avaliação no Edital: 04/2022

Título do projeto: “A expansão nacional dos grupos de base prisional: uma cartografia sobre o crime organizado”

Palavras-chave do projeto: facções; crime organizado; prisões; cartografia

Área do conhecimento do projeto: Ciências & Humanidades

São Paulo

2022

RESUMO

A abordagem sobre a percepção de grupos criminosos dentro e fora dos presídios é objeto de estudo de longa data por muitos pesquisadores. Nesse viés, o que se pôde observar a respeito das escolhas políticas tomadas, principalmente na questão do encarceramento em massa, é a constante reprodução de um sistema que escancara a desigualdade do país em todas as suas esferas. É, justamente, no contexto de crise do sistema prisional e incapacidade do Estado de gerir suas administrações penitenciárias que surgem as facções, grupos organizados, dispostos a resistir e reagir frente às inúmeras violências institucionais provocadas pela má gestão dos presídios. Pensando nisso, proponho dar continuidade ao trabalho vinculado a um projeto do edital anterior, que envolve a compreensão das dinâmicas prisionais, situadas na intersecção de dois campos: o campo de estudo das prisões e o campo de estudo sobre redes criminais, analisando, explorando e revisitando material publicado na imprensa na última década a respeito dessas facções, extraíndo desse material até aqui produzido suas respectivas localizações de modo a construir um repositório cartográfico desses grupos.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO:

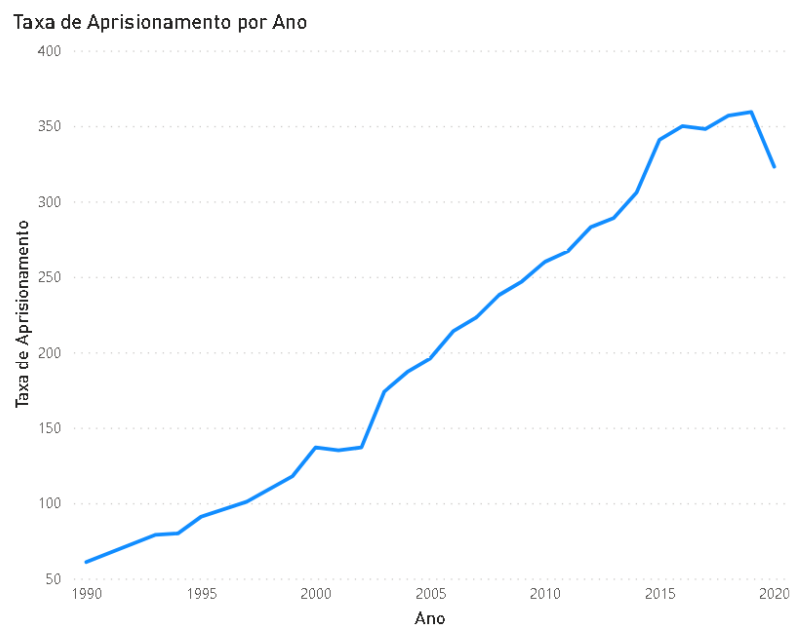
Frente ao contínuo encarceramento em massa que vem acompanhando a história brasileira, o país ocupa a 3.^a posição no ranking, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. De acordo com dados oficiais divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional, no segundo semestre de 2020, o número total de presos e monitorados eletronicamente é de 759.518, em paralelo a essa política de crescimento exponencial de encarcerados, verifica-se também, um aumento da violência institucional dentro e fora desses presídios e é nesse cenário que surgem os grupos tidos como “facções”.

Pela etimologia da palavra “facção”, do latim *factio.onis*, sua definição usual é compreendida como um coletivo de indivíduos partidários de uma mesma causa em oposição à de outros grupos, sendo que, no contexto apresentado, a proposta dessas facções que emergem é, justamente, defender um interesse comum a todos, lutar e resistir ao enfrentamento arbitrário do estado, responsável pelas torturas, maus tratos, superlotação e inúmeras violências dentro dos muros dos presídios.

“É fundamental compreender os processos sociais e políticos que permitiram a conformação de um cenário nas prisões que produziu grupos portadores de uma identidade, de um discurso e de formas de organização e regulação social que se enraizaram dentro e fora destes espaços. O aumento do encarceramento e do fluxo de pessoas nas prisões deslocou a prisão para o centro da dinâmica social, política e criminal contemporânea.” (DIAS & MANSO; 2017).

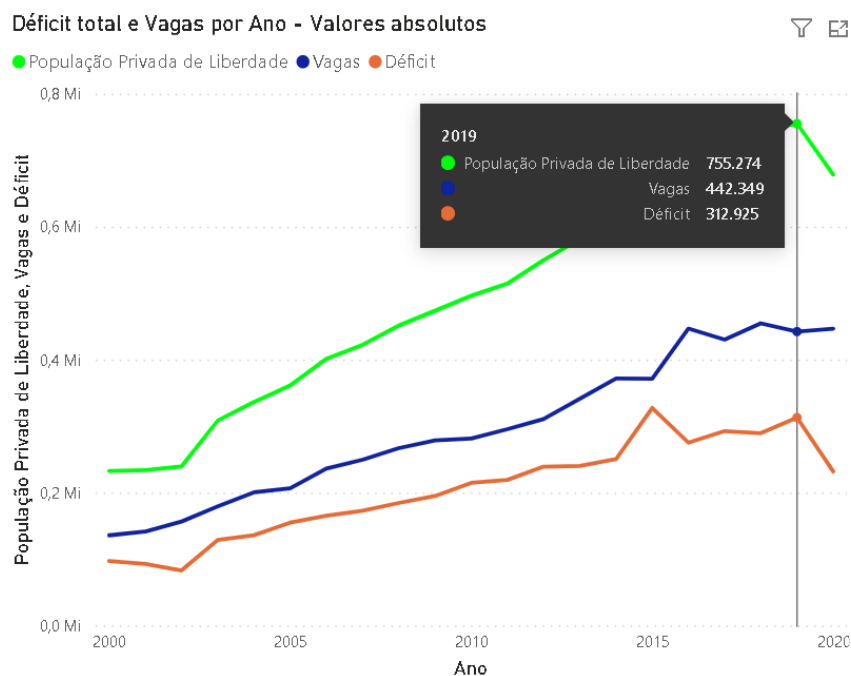
Falar em faccionalização, implica dizer, consolidação, e é válido ressaltar que esse fenômeno não foi espontâneo, tendo em vista, que, a formação e organização desses grupos é multifacetada, e um dos catalisadores para esse processo foi precisamente o crescimento na taxa de aprisionamento.

Em São Paulo, por exemplo, a taxa de aprisionamento passou de 276,5 por 100 mil habitantes com mais de 18 anos, em 1996, para 524,6 em 2008, um crescimento de cerca de 90%. (PERES et al., 2011). No Brasil, em dados absolutos, a taxa de aprisionamento passou de 9,00 em 1995 para 359,40 em 2019, atingindo seu maior ápice.



Fonte: SISDEPEN – Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional – maio/2021

Concomitantemente, esse aumento expressivo na taxa de aprisionamento não acompanhou o número de vagas disponíveis dentro desses presídios, resultando num déficit pungente.



Fonte: SISDEPEN – Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional – maio/2021

Diante desse cenário, de constante transversalidade por parte do estado na questão da administração prisional, surgem as facções, inicialmente em 1970 no Rio de

Janeiro, o Comando Vermelho (CV), e em São Paulo em 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC). O embrião do Comando Vermelho foi resultante do contato direto entre presos políticos e comuns na penitenciária de Ilha Grande. Posteriormente, ainda no Rio de Janeiro outros grupos, mais ou menos estruturados surgiram a partir dessa mesma dinâmica: Associação Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), conectando as prisões a diversas atividades ilícitas, compondo complexas relações que impactam diretamente as relações sociais urbanas dentro da cidade. Desta forma, cabe ressaltar que tal dimensão é devida também, à atuação arbitrária estatal e à atuação muitas vezes corrupta de agentes estatais, os quais facilitam o uso de equipamentos que garantem o forte elo dos integrantes internos e externos às penitenciárias (DIAS & RIBEIRO, 2019). Ainda segundo Oliveira (2007)

(...) “crime organizado” como “uma instituição - formada por mais de um indivíduo - criada para aumentar e distribuir benefícios entre os envolvidos. Regras são criadas pelos membros da organização com o objetivo de facilitar a relação entre eles; como também para permitir a relação com outros indivíduos que não pertencem à organização, por exemplo, agentes estatais (Oliveira, 2007, p. 703)

Com essa faccionalização, esses pequenos grupos se articulam, começando a fazer parte de uma estrutura maior e se pulverizam por todo território nacional. No Acre, em 2013 (Bonde dos 13); em Rondônia (Primeiro Comando do Panda); também em 2013, no Pará (Comando Classe A); no Maranhão, em 2007 (Bonde dos 40), posteriormente, em 2008 (Primeiro Comando do Maranhão); no Ceará (Guardiões do Estado); no Rio Grande do Norte em 2013 (Sindicato do Crime); na Paraíba (Okaida) e (EUA); sendo que, no Pernambuco também há atuação do (EUA); na Bahia (Katiara), (Comando da Paz), (Quadrilha do Perna), (Mercado do Povo Atitude) e (Bonde do Maluco); em Minas Gerais (Família Monstro) e no Rio Grande do Sul, (Abertos), (Unidos Pela Paz), (Os Tauras) e (Os Brásas).

Nesse sentido, segundo Júnior (2009), o território se torna uma areia movediça que conecta crime e economia num universo social. Para Leal & Almeida (2012) o controle de territórios inteiros é assumido pelos criminosos, que dominam inclusive a vida social da população.

No Brasil, os casos mais conhecidos são os do Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando, no Rio de Janeiro, e do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. Para garantir o monopólio e a segurança do comércio de drogas, as quadrilhas estabelecem fronteiras territoriais em que exercem seu domínio pela força das armas. Em caso de conflito com outros grupos rivais ou com a polícia, as comunidades se transformam em verdadeiros campos de batalha. (Leal & Almeida, 2012, p. 2)

O território passa a se tornar palco dessas manifestações arbitrárias e uma mola propulsora para o agrupamento dessas organizações criminais por meio de um processo coercitivo e violento.

Desse modo, busco revisitar, assimilar e analisar todo material coletado durante as pesquisas vinculadas à editais anteriores, tanto de PDPD quanto de PIBIC, extraindo desse material secundário – tais como jornais, matérias e artigos nos últimos 10 anos sobre grupos de base prisional – suas respectivas localizações e criando mapas que podem ajudar a compreender a expansão desses grupos em todo território brasileiro.

2. OBJETIVOS:

O objetivo principal deste projeto é a permanência no mundo da pesquisa e a contínua integração à cultura científica, mas, além disso, consiste, sobretudo em identificar o crescimento e a expansão dos grupos criminais, dentro e fora dos presídios, partindo das localizações publicados no material de imprensa — especialmente na última década — abrangendo todos os grupos citados no tópico anterior, inclusive o PCC.

A partir dessa análise, será possível a produção de um material cartográfico a partir dos endereços fornecidos nas matérias coletadas de projetos anteriores, desta forma, compreender o fenômeno que levou à expansão desses grupos nos últimos dez anos. Abaixo segue como o exemplo o mapa da geolocalização da facção bonde dos 13.

FIGURA 1 — Mapa preliminar com a geolocalização da atuação da facção Bonde dos 13



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022

A proposta é que, ao final do projeto, teremos um repositório de mapas sobre esses grupos, que poderá ser usufruído como fonte de pesquisas futuras. Além disso, considero que esse conjunto de trabalho compõe fontes de informação importantes

para a compreensão dos grupos criminais e do fenômeno da nacionalização das facções e da faccionalização do sistema prisional.

2.1 Analisando todo material coletado e produzido durante editais anteriores e extraindo dele a geolocalização das ocorrências;

2.2 Construindo um repositório que reúna esses mapas, referenciando onde aquele determinado grupo está atuando, dividido a partir do seu respectivo estado, fornecendo assim uma base de busca completa e funcional.

4. METODOLOGIA:

O material no qual eu faço referência nos tópicos anteriores diz respeito ao Edital de nº 01/2021, esse projeto consistiu em identificar o crescimento e a expansão de grupos criminais, dentro e fora dos presídios, partindo de materiais publicados na imprensa na última década — 01/01/2011 até 31/12/2020 — em todo estado da federação. Nele, os grupos mais expressivos corresponderam a um total de 1.876 matérias que circularam na imprensa durante esse período. Respectivamente, Comando Vermelho (1.153); Família do Norte (152); Primeiro Grupo Catarinense (52); Amigos dos Amigos (189); Os Manos (61); Balas na Cara (116); Terceiro Comando Puro (117); Terceiro Comando (36). Todas essas informações já constam numa base de dados finalizada.

Posteriormente, houve a estruturação de um outro material, mas seguindo a mesma sistematização desse anterior (mesmas variáveis, período, etc.). O objetivo também foi identificar o crescimento e a expansão, porém de grupos menores ou menos expressivos. Família Monstro (3); Os Brasas (4); Os Tauras (12); Unidos Pela Paz (6); Abertos (18); Katiara (49); Quadrilha do Perna (4); Comando da Paz (103); Mercado do Povo Atitude (11); Bonde do Maluco (206); Okaida (23); EUA (15); Sindicato do Crime (90); Guardiões do Estado (146); Primeiro Comando do Maranhão (23); Bonde dos 40 (62); Comando Classe A (23); Primeiro Comando do Panda (9); Bonde dos 13 (34). No total, foram sistematizadas 832 matérias, todas elas também já constam em uma base de dados finalizada.

É importante ressaltar que, foi através da elaboração de todo esse material que surgiu a ideia do desenvolvimento do projeto para submissão do presente Edital.

O material sobre o Primeiro Comando da Capital, esse fruto de Editais ainda anteriores, corresponde a 1.074 matérias que circularam na imprensa nacional durante o período de 01/01/2011 até 31/12/2020. Contudo, ele precisará ser complementado, uma vez que a variável “local” não foi inserida e ela é um fator fundamental para a criação das geolocalizações.

Partindo dessa extensa base de dados, haverá uma revisão e complemento de todo esse material produzido até a presente data, possibilitando um levantamento

sistemático das geolocalizações de todas as facções criminosas que circularam na imprensa brasileira.

Sendo assim, a metodologia a ser seguida partirá, além da extração das localizações de toda essa base de dados, como também da leitura de textos acadêmicos dos campos relacionados à pesquisa.

A ferramenta utilizada será o 'My Maps', instrumento simples e gratuito, onde por intermédio dela será possível a inserção dos dados, gerar o mapa e personalizá-lo.

Por fim, haverá a construção de uma coleção desses materiais, sistematizando as informações mais relevantes, o qual será disponibilizado à comunidade interna e externa à Universidade.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ETAPA 1

- 1.1 Planejamento;
- 1.2 Revisão do material na base de dados;
- 1.3 Extração das localizações contidas nas matérias.

ETAPA 2

- 2.1 Levantamento sistemático de localização nas matérias sobre o PCC;
- 2.2 Inspeção e veracidade das informações;
- 2.3 Revisão.

ETAPA 3

- 3.1 Análise minuciosa e alinhamento cronológico a partir dos dados coletados na **etapa 2**;
- 3.2 Construção dos mapas e elaboração de uma outra planilha;
- 3.3 Produção do Resultado final.

Cronograma previsto (período 01 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023)

ETAPA	MÊS												
	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
1.1	X	X											
1.2	X	X	X	X									
1.3			X	X	X								
2.1				X	X	X	X						
2.2						X	X	X					
2.3							X	X	X				
3.1								X	X	X	X		
3.2									X	X	X	X	
3.3										X	X	X	X

6. EXEQUIBILIDADE:

As atividades de pesquisa previstas estão relacionadas à geração de dados cartográficos via internet, oriundos de fonte secundária e que já constam numa base de dados completa, todas elas também realizadas de modo remoto, pela internet. Desta forma, ao que tange a conjuntura pandêmica da COVID-19, a realização da pesquisa seguirá os protocolos dos órgãos de saúde competentes de isolamento social.

7. REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (INFOPEN/MJ). Dados disponíveis em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 07/05/2022.

DIAS, Camila Caldeira Nunes Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária como projeto político”. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung. Análise 28, junho 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13444.pdf>>. Acesso: 21/05/2022.

OLIVEIRA, Adriano. As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade de tráfico de drogas. DADOS, v. 50, n. 4, p. 699-720, 2007a.

LOPES JUNIOR, Edmílson. As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2009, vol.24, n.69, pp.53-68. ISSN 0102-6909. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100004>>. Acesso: 15/05/2022

PERES, M.F.T. O anacronismo penitenciário. In: COELHO, M.T.Á.D., & CARVALHO FILHO, M.J., orgs. Prisões numa abordagem interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 7-9. ISBN 978-85-232-1735-8. Disponível em: doi: <<http://books.scielo.org/id/7mkg8/pdf/coelhos-9788523217358-01.pdf>>. Acesso: 19/05/2022.

_____; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. (2019) O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. v.07, n. 17: Revista Brasileira de Sociologia. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/338192071_O_deslocamento_da_prisao_em_tres_Comissoes_Parlamentares_de_Inqueritos_CPIs_e_sua_centralidade_na_conformacao_de_redes_criminais_transnacionais>. Acesso em: 20/05/2022.

LEAL, Glauber Andrade Silva; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Estado, Crime Organizado e Território: Poderes Paralelos ou Convergentes? 20 p. XIII Jornada do

Trabalho, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <
<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/13.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Estadão. 2015. A cronologia dos ataques do PCC em 2006 em São Paulo. Disponível em:
<<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,veja-a-cronologia-dos-ataques-do-pcc-em-2006,1732401>>. Acesso: 22/05/2021.

_____; MANSO, BRUNO PAES. (2017), PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. v. 11 n. 2: Revista Brasileira de Segurança Pública 21. Disponível em:
<<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854>>. Acesso em: 30/05/2022.

Salla, F., & Teixeira, A. (2020). O crime organizado entre a criminologia e a sociologia: Limites interpretativos, possibilidades heurísticas. *Tempo Social*, 32(3), 147-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.169687>>. Acesso em: 29/05/2022